



Demonstrações Financeiras

Águas de Piquete S.A.

**31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente**

Águas de Piquete S.A.



Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras

Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Balanço patrimonial	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Informações sobre a Companhia.....	9
2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	10
3. Receita operacional líquida	13
4. Custos e despesas.....	14
5. Resultado financeiro.....	14
6. Imposto de renda e contribuição social	15
7. Caixa e equivalentes de caixa	17
8. Contas a receber e outros recebíveis	17
9. Outros ativos	19
10. Fornecedores e outras contas a pagar	19
11. Empréstimos e financiamentos.....	19
12. Provisão para perdas com causas judiciais	20
13. Patrimônio líquido.....	21
14. Gerenciamento do capital.....	21
15. Instrumentos financeiros	22
16. Partes relacionadas.....	26
17. Seguros.....	27
18. Compromissos	27
19. Transações não envolvendo caixa	28

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Águas de Piquete S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Piquete S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas de Piquete S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 7 de junho de 2023, sem ressalva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguarção, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 9 de abril de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Leandro F. S. Francisco
Contador
CRC nº 1 SP 289655/O-0

Águas de Piquete S.A.



Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	3	3.943	4.348
Custo dos serviços prestados	4	(3.557)	(4.144)
Lucro bruto		386	204
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	4	(902)	(1.025)
Outras receitas (despesas) líquidas	4	3	(2)
		(899)	(1.027)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(513)	(823)
Receitas financeiras	5	69	78
Despesas financeiras	5	(1.180)	(788)
Resultado financeiro		(1.111)	(710)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.624)	(1.533)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	101	136
Prejuízo do exercício		(1.523)	(1.397)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Piquete S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais



	2023	2022
Prejuízo do exercício	(1.523)	(1.397)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(1.523)	(1.397)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.624)	(1.533)
Ajustes para:			
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	4	453	900
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	8	14	17
Depreciação e amortização	4	412	316
Baixa de intangível, ativo de direito de uso e passivo de arrendamento		-	(16)
Reversão de provisão para perdas com causas judiciais	12	(128)	(527)
Encargos e variações monetárias, líquidas		1.070	560
		197	(283)
Variações em:			
Aumento (redução) em contas a receber e outros recebíveis		(42)	61
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar		21	(16)
Aumento em outros ativos		(69)	(34)
Redução em fornecedores e outras contas a pagar		(342)	(9)
Aumento em provisões e encargos trabalhistas		12	42
Redução (aumento) em outras obrigações		(5)	4
Aumento (redução) em obrigações fiscais		7	(21)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais		(221)	(256)
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis		25	27
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(2)
Juros pagos sobre empréstimos e arrendamentos		(5)	(17)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais		(201)	(248)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativos imobilizado		(7)	-
Aquisições de ativo intangível e ativos de contrato		(694)	(1.306)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento		(701)	(1.306)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos tomados	11	949	1.085
Pagamentos de arrendamento		(109)	(70)
Fluxo de caixa usada nas atividades de financiamento		840	1.015
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(62)	(539)
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	7	160	699
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	98	160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Piquete S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro
Em milhares de reais



Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	98	160	Fornecedores e outras contas a pagar	10	249	543
Contas a receber e outros recebíveis	8	424	371	Empréstimos e financiamentos	11	6.711	-
Impostos e contribuições a recuperar		10	31	Passivo de arrendamento		79	72
Outros ativos	9	247	178	Provisões e encargos trabalhistas		141	129
Total do ativo circulante		779	740	Obrigações fiscais		45	38
Não circulante				Outras obrigações		18	23
Realizável a longo prazo				Total do passivo circulante		7.243	805
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	2.065	1.964	Não circulante			
Total do realizável a longo prazo		2.065	1.964	Empréstimos e financiamentos	11	1.064	5.711
Total do ativo não circulante				Provisão para perdas com causas judiciais	12	613	741
		2.065	1.964	Total do passivo não circulante		1.677	6.452
Total do ativo				Total do passivo		8.920	7.257
		2.844	2.704	Passivo a descoberto			
				Capital social	13 a	5.070	5.070
				Prejuízos acumulados		(11.146)	(9.623)
				Total do passivo a descoberto		(6.076)	(4.553)
				Total do passivo e do passivo a descoberto		2.844	2.704

Águas de Piquete S.A.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

		Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	13	5.070	(8.226)	(3.156)
Prejuízo do exercício		-	(1.397)	(1.397)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	5.070	(9.623)	(4.553)
Prejuízo do exercício		-	(1.523)	(1.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13	5.070	(11.146)	(6.076)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

1.1. Informações gerais

A Águas de Piquete S.A. “Companhia” está localizada na Rua Coronel José Mariano, nº 42, Centro, CEP 12.620-000, na cidade de Piquete, Estado de São Paulo.

A controladora direta da Companhia é a Iguá Saneamento S.A.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão pela Administração em 9 de abril de 2024.

1.2. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social manter e ampliar os sistemas de abastecimento, tratamento e distribuição de água e o de coleta e tratamento de esgotos sanitários em toda a área do município de Piquete, estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas atividades em março de 2010 com a assinatura do contrato de concessão de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Piquete - São Paulo e irá operar o sistema por 30 anos, com vencimento original em 2040.

1.3. Continuidade operacional

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia, incluindo: crescimento contínuo das operações, melhoria na gestão de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2023 o patrimônio líquido está descoberto no montante de R\$6.076 (R\$4.553 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$6.464 (R\$65 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes de empréstimos com partes relacionadas. Este saldo de transação com partes relacionadas será absorvido com a conclusão do Projeto Summer (Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (Stock Purchase and Sale Agreement and Other Covenants) com a Centro Sul Concessões S.A. (“Centro Sul”), sociedade controlada pela Norte Saneamento S.A).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que há recursos disponíveis para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

A Companhia possui um único segmento operacional, sendo ele a concessão.

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021) - estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substituiu o CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro. Uma vez que a Companhia não emite ou emitiu contratos de seguro, nem detém contratos de resseguro, esta norma não é aplicável.
- Definição de estimativas contábeis - Alterações à IAS 8 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
- Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade - As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo ‘principais políticas contábeis’ por ‘informações materiais da política contábil’. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

- Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Única Transação - Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro - As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

As alterações trazidas acima não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	Sem definição
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01/01/2024

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do Plano de Negócio para os próximos cinco anos. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.
- Nota explicativa nº 6 – Tributos. Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
- Nota explicativa nº 8 - Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Na data de relatório, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

- Nota explicativa nº 12 - Provisões para perdas com causas judiciais. A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Receita operacional líquida

3.1. Política contábil

A Companhia apresenta suas receitas líquidas dos impostos, abatimentos e cancelamentos e reconhece quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. A receita oriunda de faturamento para clientes inadimplentes acima de 365 dias não é reconhecida por existir incerteza significativa sobre o recebimento de sua contraprestação.

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

O reajuste das tarifas cobradas em virtude da prestação dos serviços é realizado anualmente, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão e depende de homologação da Agência Reguladora.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado considerando margem zero.

Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo de contrato e subsequentemente como um ativo intangível à medida em que a Companhia recebe o direito de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

c) Receita de serviços de operação

A receita de serviços corresponde aos serviços prestados de manutenção, serviços auxiliares como instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

3.2. Composição

	2023	2022
Água	2.579	2.452
Esgoto	911	861
Construção	740	1.306
Serviços	98	111
Receita operacional bruta	4.328	4.730
Abatimentos e cancelamentos	(59)	(72)
Impostos sobre serviços	(326)	(310)
Deduções	(385)	(382)
Receita operacional líquida	3.943	4.348

4. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2023	2022
Custo de construção	(740)	(1.306)
Depreciação e amortização	(412)	(316)
Serviços de terceiros	(431)	(606)
Pessoal	(1.370)	(1.207)
Outorga e taxas de fiscalização	(202)	(186)
Energia elétrica	(104)	(103)
Materiais	(368)	(229)
Impairment	(453)	(900)
Outros custos e despesas	(379)	(316)
Total	(4.459)	(5.169)
Custo dos serviços prestados	(3.557)	(4.144)
Despesas administrativas e gerais	(902)	(1.025)

5. Resultado financeiro

5.1 Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre contas a receber de clientes e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

5.2 Composição

	2023	2022
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber de clientes	50	53
Juros de aplicações financeiras	17	5
Outras receitas financeiras	2	20
Total	69	78
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento	(5)	(17)
Comissões e despesas bancárias	(6)	(23)
Juros sobre mútuo com partes relacionadas	(1.115)	(596)
Outras despesas financeiras	(54)	(152)
Total	(1.180)	(788)
Resultado financeiro	(1.111)	(710)

6. Imposto de renda e contribuição social

6.1 Política contábil

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

6.2 Composição

Impostos diferidos ativos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo		Passivo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Perda por redução a valor recuperável	1.898	1.744	-	-	154	306
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa e receita não reconhecida (a)	24	25	-	-	(1)	4
Provisão para contingências	209	252	-	-	(43)	(179)
Outras provisões	15	12	-	-	3	(1)
Intangível líquido – contratos de concessão	-	-	15	16	1	2
Direitos a faturar	-	-	66	53	(13)	4
	2.146	2.033	81	69	101	136
Compensação (*)	(81)	(69)	(81)	(69)	-	-
Total líquido	2.065	1.964	-	-	101	136

(*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

(a) Vide política contábil contaste na nota explicativa nº 3.

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:

Reconciliação da taxa efetiva	2023	2022
Resultado do exercício antes dos impostos	(1.624)	(1.533)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	552	521
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(24)	(20)
Base negativa/prejuízo fiscal - não reconhecido	(428)	(365)
Outras	1	-
Total de imposto de renda e contribuição social	101	136
Imposto corrente	-	-
Imposto diferido	101	136
Alíquota efetiva	6%	9%

7. Caixa e equivalentes de caixa

7.1 Política contábil

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

7.2 Composição

	Taxa média de remuneração	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldos bancários		74	160
Operação compromissada	9,78% 2023	24	-
Total		98	160

8. Contas a receber e outros recebíveis

8.1 Política contábil

Correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços de abastecimento de água, tratamento de esgoto, construção e operação no curso normal das atividades da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas sobre o saldo de contas a receber com base no modelo de perdas esperadas, onde 100% dos títulos vencidos acima de 180 dias são reconhecidos como perdas e para as demais faixas de vencimento e a vencer é aplicado um percentual médio determinado com base no histórico de inadimplência de cada faixa.

8.2 Composição

	Nota	2023	2022
Contas a receber de saneamento		360	334
Direitos a faturar (a)		215	173
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa		(155)	(141)
		420	366
Partes relacionadas - operações mensais	16	1	-
Outros		3	5
Total		424	371

(a) São os serviços prestados e ainda não faturados, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A composição por vencimento das contas a receber de saneamento e serviços e direitos a faturar é como segue:

	2023	2022
A vencer	337	286
Vencidos até 30 dias	92	86
Vencidos entre 31 e 90 dias	23	15
Vencidos entre 91 e 120 dias	3	2
Vencidos entre 121 e 180 dias	4	6
Vencidos acima de 180 dias	116	112
Total	575	507

O movimento nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o exercício é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2022	124
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa reconhecida	17
Saldo em 31 de dezembro de 2022	141
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa reconhecida	14
Saldo em 31 de dezembro de 2023	155

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve baixas de perdas efetivas de recebíveis de clientes.

9. Outros ativos

	2023	2022
Estoques	183	157
Despesas pagas antecipadamente	39	7
Outros	25	14
Total	247	178

10. Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	2023	2022
Fornecedores diversos		231	525
Operações mensais - partes relacionadas	16	18	18
Circulante		249	543
Total		249	543

11. Empréstimos e financiamentos

11.1 Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

11.2 Composição

Linha de Crédito	Nota	Indexado	Juros médios	Venciment	2023	2022
			a.a. (%) (*)			
Mútuo - partes relacionadas	16	CDI	17,04	2025	7.775	5.711
					7.775	5.711
Circulante					6.711	-
Não circulante					1.064	5.711
Total					7.775	5.711

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

11.3 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de empréstimos e financiamentos

	Mútuo – Partes relacionadas
Saldo em 1º de janeiro de 2022	4.030
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação	1.085
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	1.085
Outras variações	
Provisão de juros	596
Total de outras variações	596
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.711
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Captação	949
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	949
Outras variações	
Provisão de juros	1.115
Total de outras variações	1.115
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.775

12. Provisão para perdas com causas judiciais

12.1 Política contábil

As provisões para as perdas decorrentes de litígios classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, já as contingências relativas a litígios cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nessa nota explicativa.

A avaliação da probabilidade de perda em ações, assim como a mensuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

12.2 Composição

	Cíveis
Saldo em 1º janeiro de 2022	1.268
Baixas/reversões	(527)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	741
Baixas/reversões	(128)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	613

As contingências passivas não registradas nas demonstrações financeiras são de natureza cível, avaliadas, com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco possível e montam na Companhia uma estimativa de R\$37 em 31 de dezembro de 2023 (R\$36 em 31 de dezembro de 2022).

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$5.070 (R\$5.070 em 31 de dezembro de 2022). Está representado por 5.070.000 quotas (5.070.000 em 31 de dezembro de 2022), com valor nominal, pertencentes aos seguintes quotistas:

	2023	2022
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de retenção de lucros

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente, a Companhia segue o que determina o art. 202 da Lei nº 6.404/76.

14. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2023	2022
Total do passivo	8.920	7.257
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(98)	(160)
(=) Dívida Líquida (A)	8.822	7.097
Total do passivo a descoberto (B)	(6.076)	(4.553)
Índice de alavancagem (A/B)	(1,45)	(1,56)

15. Instrumentos financeiros

15.1 Categoria dos instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros.

Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”.

A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2 e não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2023.

	Nota	Valor justo por meio do resultado (Nível 2)		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2023	2022	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	24	-	74	160	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	8	-	-	424	371	-	-
Ativos financeiros		24	-	498	531	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	10	-	-	-	-	249	543
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	-	-	7.775	5.711
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	79	72
Passivos financeiros		-	-	-	-	8.103	6.326

15.2 Fatores de riscos financeiros

A Companhia possui exposição a riscos de crédito, liquidez, preço e de mercado, resultantes de instrumentos financeiros.

i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem recebíveis decorrentes de suas atividades operacionais. No contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e do fornecimento dos serviços, além disso, existem contratos com previsões de indenização em caso de renúncia do poder concedente, com alto grau de controle sobre os recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, como segue abaixo:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	7	98	160
Contas a receber e outros recebíveis	8	424	371
Total		522	531

iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2023	2022
Fornecedores e outras contas a pagar	10	249	543
Empréstimos e financiamentos	11	7.775	5.711
Passivo de arrendamento		79	72
Circulante		7.039	615
Não circulante		1.064	5.711
Total		8.103	6.326

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	14 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	249	249	249	-
Empréstimos e financiamentos	7.775	8.563	7.329	1.234
Total	8.024	8.812	7.578	1.234

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 21 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	543	543	543	-
Empréstimos e financiamentos	5.711	7.404	-	7.404
Total	6.254	7.947	543	7.404

iv) *Risco de preço*

As tarifas são atualizadas por uma fórmula paramétrica que busca limitar eventual desequilíbrio entre matriz de custo e faturamento. Existe risco de determinação de reajuste de forma arbitrária, diferente do previsto no contrato de concessão, que pode gerar desequilíbrios financeiros no curto prazo, mas, no longo prazo, esses eventos tendem a ser equacionados através de mediação, regulação ou processo judicial para reestabelecer condição econômico-financeira do contrato.

v) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras e endividamento no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir.

O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

b) Transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Em contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos	(Nota 8)	(Nota 8)	(Nota 10 e 11)	(Nota 10 e 11)		
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	-	9	(110)	(108)
Repasses de recursos e custos - CSC	(b)	1	18	9	(211)	(18)
Mútuo	(c)	-	7.775	5.711	(1.115)	(596)
Circulante		1	6.729	18	-	-
Não circulante		-	1.064	5.711	-	-
Total		1	7.793	5.729	(1.436)	(722)

(a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre as partes para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.

(b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.

(c) Refere-se a contratos de mútuos entre a Companhia e sua controladora, com incidência de juros fixos de 4% ao ano e 100% de CDI, e vencimento em 2025.

17. Seguros

A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

18. Compromissos

a) Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, que corresponde a um percentual de 4% do faturamento bruto.

Em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido o montante de R\$186 (R\$169 em 31 de dezembro de 2022) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

b) Taxa de regulação e fiscalização

Refere-se a taxa cobrada pelas atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de água e esgoto que corresponde a um percentual de 0,50% do faturamento bruto anual.

Em 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido o montante de R\$16 (R\$21 em 31 de dezembro de 2022) referente ao direito de outorga variável registrados na rubrica de custos dos serviços prestados.

c) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle físico dos bens reversíveis e formalizar as movimentações ao poder concedente.

19. Transações não envolvendo caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia realizou as seguintes atividades operacionais, de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2023	2022
Aquisição de ativo imobilizado a prazo	48	-
Total	48	-

Composição da Diretoria

Diretoria

Mirian Guillen Sampaio
Mateus Banaco

Contador

Thiago Araujo Barner
CRC/SP nº 1MG-103727/O-0